6ª Controladoria Técnica

INSTRUÇÃO TÉCNICA CONCLUSIVA ITC 175/2009

PROCESSO: 1993/2008
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
DA BARRA
EXERCÍCIO: 2007
AGENTE RESPONSÁVEL: MANOEL PEREIRA DA FONSECA
CONSELHEIRO RELATOR: UMBERTO MESSIAS DE SOUZA
VENCIMENTO DAS CONTAS: 01/04/2009

Procede-se à elaboração da **Instrução Técnica Conclusiva** desta Prestação de Contas Anual, pertencente à Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, referente ao exercício de 2007, sob a responsabilidade do SR. MANOEL PEREIRA DA FONSECA, em virtude da ausência de peças e/ou demonstrativos contábeis e da necessidade de apresentar justificativas e/ou esclarecimentos, a fim de dirimir impropriedades, conforme **Termo de Notificação nº 1365/08 e de Citação nº 0299/08, ambos datados de 10/09/08.**

As peças enviadas, referente ao Termo de Notificação, como também, as justificativas e/ou esclarecimentos atinentes ao Termo de Citação foram protocolizados em 09/10/2008, sob nº 010556, observando o prazo concedido por esta Corte de Contas.

Foi encaminhado a esta Corte de Contas, à consideração do Conselheiro-Relator, Sr. Umberto Messias de Souza, **peças e/ou esclarecimentos complementares**, conforme **protocolo nº 012986, de 17/12/2008**, juntado a estes autos, às folhas 1331 a 1456.

Mediante o exposto, segue a Instrução Técnica Conclusiva da Prestação de Contas Anual, da Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, alusiva ao exercício de 2007, em decorrência das impropriedades apontadas no **Relatório Técnico Contábil nº 161/08** e defesas apresentadas, como se vê às **folhas 1157 a 1320 e 1331 a 1456**, destes autos.

1. – DA NOTIFICAÇÃO

O Sr. Manoel Pereira da Fonseca, notificado para apresentar peças ausentes na Prestação de Contas Anual, do exercício em análise, fez chegar aos autos, consoante folhas 1157 a 1191, 1331 a 1348, 1385 a 1456, que a seguir realizamos a análise.

1.1. - Ausência do demonstrativo da dívida ativa tributária e não tributária, devidamente assinado pelo gestor e por profissional responsável, destacando-se: **(item 1.1.2.a do RTC nº 161/2008)**

- a) saldo inicial;
- b) inscrições no exercício;
- c) baixas por pagamento;
- d) baixas por cancelamentos, acompanhadas de documentação que comprove sua legalidade e motivação;
- e) saldo final.

Infringência: art. 4º, inciso X, da Resolução TCEES nº 217/07 e suas alterações.

Do Demonstrativo:

O Agente Responsável confeccionou o demonstrativo e fez sua remessa, conforme consta às folhas 1158, destes autos.

Da análise:

Após análise do supramencionado demonstrativo, verificou-se que o defendente **cumpriu o que determina** a Resolução TCES nº 217/07.

Considerando o conteúdo do demonstrativo e as informações apresentadas pela defesa, **a irregularidade fica saneada.**

1.2. – Ausência de extratos bancários dos meses subseqüentes, em que ocorreram as regularizações dos valores dos débitos e créditos constantes das conciliações **(item 1.1.2 b do RTC nº 161/2008).**

Infringência: art. 4º, inciso III, alínea d, da Resolução TCES nº 217/07 e suas alterações.

Dos extratos bancários:

O defendente providenciou a remessa dos extratos bancários, cujas compensações/regularizações foram realizadas, conforme consta **às folhas 1331 a 1348, 1363 a 1366 e 1385 a 1456**, destes autos.

Da análise:

Depois de verificado a formalidade documental, se procedeu a análise de conteúdo, cuja exigência foi cumprida pelo defendente, ficando assim, **saneado a irregularidade.**

1.3. – Ausência da conciliação dos saldos bancários e os respectivos extratos do encerramento do exercício, inclusive das contas com saldo contábil e bancário igual a zero, das seguintes contas e bancos (**item 1.1.2 c do RTC 161/2008**).

Bancos	Códigos	Contas	Saldos Contábeis	folhas
MDE- DIVERSOS	2.407	37-6	R\$ 99,47	582
BB-APLIC.FUNDEF	3.314	158.021-3	R\$ 0,00	583
PROJ.QUALIF.PETI	3.092	12.511.267	R\$ 0,00	584
BANESTES-APLIC	3.091	12.716.338	R\$ 25.190,72	584
BES-APLIC.	3.093	12.689.923	R\$ 80.107,15	584
BANESTES-RETRO	4.070	12.689.923	R\$ 0,00	586
CEF-APLIC.	3.444	37-6	R\$ 220.965,24	584
BB-SUS.ASS FARM.	4.243	146.63-3	R\$ 0,00	585
BB-PACS-AG-COMU	4.249	146.69-2	R\$ 0,00	585
PROJ.QUALIF.PETI	4.069	12.511.267	R\$ 214,01	586

Infringência: art. 4º, inciso III, alínea c, da Resolução TCES nº 217/07.

Das peças:

O Agente Responsável fez chegar aos autos, como se vê às folhas **1160 a 1191 e 1403** as conciliações bancárias questionadas.

Da Análise:

Após análise das supramencionadas conciliações, verificou-se que o defendente cumpriu o que determina o dispositivo acima citado.

Considerando as peças confeccionadas e juntadas aos autos, **a irregularidade fica saneada.**

2. – DA CITAÇÃO

O Sr. Manoel Pereira da Fonseca, citado para oferecer defesa, sobre os fatos inquinados como irregulares em sua Prestação de Contas Anual do exercício de 2007, apresentou as seguintes justificativas e/ou esclarecimentos, assentados às folhas 1192 a 1320, destes autos.

2.1. – As Conciliações Bancárias das contas apresentam-se divergentes do Demonstrativo Financeiro de Bancos, conforme quadro a seguir **(item 1.3.a do RTC nº 161/2008)**.

BANCOS	CONTAS	CONC. BANCÁRIAS	DEM.FIN. BANCOS	DIFERENÇAS
BANESTES	5.503.123	R\$ 25.400,51-fl. 638	R\$ 32.265,14-fl. 581	R\$ 6.864,63
BANESTES	8.325.755	R\$ 330,50-fl. 683	R\$ 391,50-fl. 582	R\$ 61,00
BANESTES	8.680.696	R\$ 3.994,11-fl. 687	R\$ 1.994,11-fl. 582	R\$ 2.000,00
BANESTES	12.295.861	R\$ 2.164,40-fl. 693	R\$ 2.773,37-fl. 582	R\$ 608,97
B.BRASIL	6218-9	R\$ 100.997,05- fl.1058	R\$ 100.947,05-fl. 583	R\$ 50,00
BANESTES	11.211.034	R\$ 13.242,81-fl. 783	R\$ 13.401,35-fl. 584	R\$ 158,54
BANESTES	11.629.367	R\$ 1.739,12-fl. 785	R\$ 1.749,12-fl. 586	R\$ 10,00
CEF	25-7	R\$ (1.958,38)-fl. 708	R\$ 41,62-fl. 582	(1.916,76)

Infringência: art. 4º, inciso III, alínea c, da Resolução TCEES nº 217/07.

Das justificativas e/ou esclarecimentos:

O defendente tomou as providências necessárias e fez os acertos remetendo as mesmas, sendo juntadas aos autos.

Da análise:

Após estudo das peças em questão, ficou comprovado que as mesmas satisfazem a citação, conforme quadro abaixo, **deixando de existir a infringência.**

BANCOS	CONTAS	CONC. BANCÁRIAS	DEM.FIN. BANCOS	DIFERENÇAS
BANESTES	5.503.123	R\$ 32.265,14-fl. 1436	R\$ 32.265,14-fl. 581	R\$ 0,00
BANESTES	8.325.755	R\$ 391,50-fl. 1350	R\$ 391,50-fl. 582	R\$ 0,00
BANESTES	8.680.696	R\$ 1.994,11-fl. 1363	R\$ 1.994,11-fl. 582	R\$ 0,00
BANESTES	12.295.861	R\$ 2.773,37-fl. 1373	R\$ 2.773,37-fl. 582	R\$ 0,00
B.BRASIL	6218-9	R\$ 100.947,05,05- fl. 1381	R\$ 100.947,05-fl. 583	R\$ 0,00
BANESTES	11.211.034	R\$ 13.401,35-fl. 1224	R\$ 13.401,35-fl. 584	R\$ 0,00
BANESTES	11.629.367	R\$ 1.749,12-fl. 1368	R\$ 1.749,12-fl. 586	R\$ 0,00
CEF	25-7	R\$ 41,62-fl. 1231	R\$ 41,62-fl. 582	R\$ 0,00

2.2. – Há divergência entre o total das Relações de Restos a Pagar Processados e Não Processados, folhas 219 a 224 e o total do saldo de Restos a Pagar registrados na Demonstração da Dívida Flutuante, folhas 106, conforme quadro a seguir (**item 1.3.b do RTC nº 161/2008**).

CONTA	DÍVIDA FLUTUANTE FI. 106	RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR FI. 219 a 224	DIVERGÊNCIA
RESTOS A PAGAR	R\$ 3.932.368,36	R\$ 1.193.543,60	R\$ 2.738.824,76

Infringência: art. 85 da lei 4.320/64.

Da Justificativa e/ou esclarecimento:

O defendente confecciona nova Relação de Restos a Pagar e faz chegar até aos autos, alegando que houve erro na seleção do relatório de Restos a Pagar, conforme valor de R\$ 3.834.088,38 mais R\$ 5.190,63, valor este que é de exercícios anteriores, ambos da Adm.Direta e R\$ 93.089,35, da Adm. Indireta, perfazendo o total de R\$ 3.932.368,36.

Da análise:

Após conferência da Relação de Restos a Pagar, ficou constatado que tal peça satisfaz o questionado, cuja importância total equipara ao valor da Demonstração da Dívida Flutuante, conforme folhas 1236 s 1314, destes autos, segundo quadro abaixo:

CONTA	DÍVIDA FLUTUANTE Fl. 106	RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR Fls. 1236 a 1314	DIVERGÊNCIA
RESTOS A PAGAR	R\$ 3.932.368,36	R\$ 3.932.368,36	R\$ 0,00

2.3. – Os Restos a Pagar processados e não processados, exercício de 2007, registrados no Balanço Financeiro, folhas 95, estão divergentes do anotado na Demonstração da Dívida Flutuante, conforme quadro abaixo (**item 1.3.c do RTC nº 161/2008**).

Conta	RP/07-BAL.FIN. fl. 95	RP/07-D.DIV.FLUT- fl.106	DIVERGÊNCIA
R.PAGAR	R\$ 2.766.069,88	R\$ 2.673.003,73	R\$ 93.066,15

Infringência: art. 103, § único, da lei 4.320/64.

Da justificativa e/ou esclarecimento:

O defendente deixou consignado que o valor da divergência refere-se aos Restos a Pagar da Adm. Indireta – PREVCOB, também em resposta ao item 1.3.b.

Da análise:

De acordo com a documentação acostada, folhas 1237, trata-se do exercício de 2007. Ao analisar os esclarecimentos, conclui-se que **a irregularidade não prospera**, segundo quadro abaixo:

Conta	RP/07-BAL.FIN. fl. 95	RP/07-D.DIV.FLUT- fl.106	DIVERGÊNCIA
R.PAGAR	R\$ 2.766.069,88	R\$ 2.766.069,88	R\$ 0,00

2.4. – Há divergências entre as INSCRIÇÕES E BAIXAS, registradas no Balanço Financeiro, fls. 95 e na Demonstração da Dívida Flutuante, fls. 106, na conta RESTOS A PAGAR, conforme quadro a seguir: **(item 1.3.d do RTC 161/08).**

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÕES	BAIXAS
Dem.Dívida Flut. fls. 106	R\$ 6.452.555,29	R\$ 7.734.182,25
Balanço Financ. fls. 95	R\$ 2.766.069,88	R\$ 3.576.843,69
Divergências	R\$ 3.686.485,41	R\$ 4.157.338,56

Infringência: art. 85 da lei 4.320/64.

Das justificativas e/ou esclarecimentos:

No item 1, o defendente cita que quando se liquida o valor de Restos a Pagar Não Processados, debita-se a conta pela baixa e credita-se pela inscrição na conta Restos a Pagar Processados.

No item 2, o defendente esclarece que, pelo pagamento, após o lançamento do item anterior, debita-se Restos a Pagar Processados e credita-se Bancos c/Movimento.

No item 3, o defendente menciona que havendo um cancelamento de pagamento de um valor pago no exercício, debita-se bancos c/Movimento e credita-se Restos a Pagar.

No item 4, já, no caso de haver um cancelamento da liquidação, efetua-se o lançamento debitando-se Restos a Pagar Processados pela baixa,creditando-se Restos a Pagar Não Processados(inscrição) pelo cancelamento da liquidação.

No anexo 17 da lei 4.320/64, continua o defendente argumentando, estão contemplados os lançamentos do sistema financeiro, como também os contábeis (variações patrimoniais), já no anexo 13, as receitas e despesas são somente financeiras.

Da análise:

Depreende-se que as diferenças levantadas deveram-se a fatos de natureza contábil (lançamentos contábeis para liquidação, pagamento e cancelamentos),

como foi colocado nos esclarecimentos, pelo defendente, não implicando diferença na apuração da situação patrimonial da Entidade, pois o saldo apresentado no Balanço Patrimonial, fls. 97, assim como o da Demonstração da Dívida Flutuante, fls. 106, são equivalentes, o que faz **desaparecer a infringência**.

2.5 – O valor das Entradas de Bens em Almojarifado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, fls. 103, está divergente do valor das Entradas registradas na Apuração realizada pela Entidade, folhas 232, conforme quadro abaixo(**item 1.5.a do RTC 161/08**).

Título	Entrada na DVP, fl. 103	Entrada Apurada pela Entidade fl. 232	DIFERENÇA
ALMOXARIFADO	R\$ 2.171.753,86	R\$ 2.154.940,15	R\$ 16.813,71

Infringência: art. 85 da lei 4.320/64.

Da justificativa e/ou esclarecimento:

O defendente deixa consignado em sua justificativa que a diferença de R\$ 16.813,71, refere-se a entradas de Almojarifado pertencente à Administração Indireta – PREVICOB, conforme inventário, em anexo.

Da análise:

De fato, consta **às folhas 1319**, destes autos, no Movimento do Almojarifado, referente ao mês de dezembro/2007, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Conceição da Barra – PREVICOB, Entidade da Administração Indireta, cujo valor das Entradas de Bens, ali mencionado é de R\$ 16.813,71, conforme quadro abaixo, o que faz **desaparecer a infringência**.

Título	Entrada na DVP, fl. 103	Saídas Apurado, fls. 232 e 1319	DIFERENÇA
ALMOXARIFADO	R\$ 2.171.753,86	R\$ 2.171.753,86	R\$ 0,00

2.6 – O valor das Saídas de Bens em Almojarifado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, fls. 103, está divergente do valor das Saídas

registradas na Apuração realizada pela Entidade, folhas 232, destes autos, conforme quadro a seguir(**item 1.5.b do RTC 161/08**).

Título	Sld. na DVP, fl. 103	Saída Apurada pela Entida de fl. 232	DIFERENÇA
ALMOXARIF.	R\$ 1.956.164,40	R\$ 1.939.549,39	R\$ 16.615,01

Infringência: art. 85 da lei 4.320/64.

Da justificativa e/ou esclarecimento:

O defendente menciona que o valor da diferença de R\$ 16.615,01 refere-se a Entradas de Almojarifado da Administração Indireta – PREVICOB, conforme inventário, em anexo.

Da análise:

De certo, consta às folhas 1319, destes autos, no Movimento do Almojarifado, referente ao mês de dezembro/2007, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Conceição da Barra – PREVICOB, Entidade da Administração Indireta, cujo valor das Saídas de Bens, ali mencionado é de R\$ 16.615,01, conforme quadro abaixo, **deixando de existir**, a infringência.

Título	Sld. na DVP, fl. 103	Saídas Apurado pela Ent. fls. 232 e 1319	DIFERENÇA
ALMOXARIF.	R\$ 1.956.164,40	R\$ 1.956.164,40	R\$ 0,00

2.7 – A Entidade procedeu a um cancelamento de R\$ 25.615,45, folhas 103, destes autos, Demonstração das Variações Patrimoniais, referente a Cancelamento de Saldo da Câmara Municipal sem esclarecer a origem de tal valor e sua motivação.

Infringência: art. 85 da lei 4.320/64.

Da justificativa e/ou esclarecimento:

O defendente esclarece que no anexo 13, na receita, existe a conta Câmara Municipal no valor de R\$ 1.723.594,95, que é o que ela efetuou de prestação de

contas de seus gastos orçamentários no exercício. No mesmo anexo 13, despesa na conta da Câmara Municipal o valor de R\$ 1.749.210,40, que representa valor repassados a título de duodécimos no exercício. O valor de 25.615,45, de cancelamento, no anexo 15, representa a diferença entre a receita e despesa na conta da Câmara Municipal.

Da análise:

Considerando que o valor realmente gasto pela Câmara Municipal foi de R\$ 1.723.594,95 e que o valor repassado à título de duodécimos foi de 1.749.210,40, a diferença questionada se refere a não utilização pela Câmara Municipal. Assim, com seus esclarecimentos, a infringência deixa de existir.

3. – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Verificou-se no sistema LRFWeb a tempestividade da remessa e publicação do RGF, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2007, que abrange todo período do exercício de 2007, estando, portanto, em consonância com os prazos prescritos no art. 3º da Resolução TC 193/2003, e posteriores alterações; como também no art. 55, § 2º da LRF c/c o art. 148 da Res. TC 182/02, alterado pela Res. TC 191/03.

4. – DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Extraiu-se do Relatório Técnico Contábil n. 161/2008 (fls. 1106/1120) que quanto aos Limites Constitucionais relativos aos Gastos com Pessoal, Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde e Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, as contas encontram-se **REGULARES**.

5. – CONCLUSÃO

Examinada a Prestação de Contas, constante do presente processo, referente ao exercício de 2007, formalizado conforme disposições do art. 4º da Resolução TCEES número 217/2007, desta Corte de Contas e suas alterações.

Quanto à análise das demonstrações contábeis e das demais peças acostadas aos autos, considerando à legislação pertinente, as **contas estão corretas**.

Por oportuno, sugerimos que esta Corte de Contas dê ciência aos professores da rede pública daquela municipalidade, em atendimento a documentação protocolizada nesta Corte de Contas, conforme protocolo TCES/NCD nº015156, de 19/12/2007, consoante folhas 1097/1103, cujo conteúdo solicita verificar se o percentual de 60% para aplicação de valorização do magistério está sendo atendido pelo Município, em virtude de seu cumprimento, como se vê às folhas 1130, destes autos, sendo alcançado o limite percentual de 60,26%, no exercício de 2007.

Dessa forma, sugerimos o Parecer Prévio, opinando pela **APROVAÇÃO** desta Prestação de Contas da **Prefeitura Municipal de Conceição da Barra**, relativa ao **exercício de 2007**, sob a responsabilidade do **Sr. MANOEL PEREIRA DA FONSECA**.

Vitória,ES, 15 de janeiro de 2009.

DOMINGOS ASSIS BARCELOS
Controlador de Rec. Públicos